

DIREITOS LGBT EM PALCO DE DISPUTAS

Thaís Vieira Gaudard Curcio ; Nivia Valença Barros

Universidade Federal Fluminense – E-mail: thaisgaudard@hotmail.com; barros.nivia@gmail.com

Resumo: O presente trabalho apresenta conceitos da proposta de dissertação ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social/UFF. A pesquisa, em fase inicial, pretende fazer uma análise das disputas LGBT, no legislativo federal, visto que há uma ascensão da direita conservadora que tem intersecções com o fundamentalismo religioso na política nacional. Estes pontos de encontro tem a finalidade de construir normas de regulação para as minorias sexuais através de discursos e políticas do Estado. Com isso, durante a pesquisa pretende-se mapear e contextualizar os projetos de lei referentes às pautas LGBT na contemporaneidade, entender como os parlamentares progressistas e a sociedade civil tem se organizado para fazer frente à tais projetos e problematizar o papel da mídia hegemônica e redes sociais na veiculação dessas disputas políticas.

Palavras-chave: Fundamentalismo Religioso, Normas de Regulação, Legislativo Federal, Discurso, Disputas LGBT.

Introdução

O trabalho apresenta questões que foram elucidadas para construção do projeto de dissertação para o mestrado em Política Social da Universidade Federal Fluminense. A proposta tem como objetivo geral analisar como tem sido as disputas LGBT, no legislativo federal, em relação à ascensão de uma direita conservadora que tem intersecções com o fundamentalismo religioso na política nacional e suas relações com a midiaticização dos discursos dos parlamentares.

Intersecções entre a política e religião são constitutivas da sociedade contemporânea e tendo como marco o momento em que o pastor Marco Feliciano presidiu a Comissão de Direitos Humanos e Minorias na Câmara dos Deputados essas ligações tem se intensificado de forma demasiada no Estado brasileiro. Atualmente, tais encontros vêm ganhando mais espaço e visibilidade, tendo como atores, mais especificamente da esfera do Legislativo Federal, alguns deputados com convicções religiosas conservadoras e apresentando discursos de ódio, ou seja, incitando a discriminação e violência contra um grupo por conta de sua orientação sexual, em projetos de lei. Um destes projetos é o PL 6.583/2013, conhecido como Estatuto da Família, que conceitua família sendo formada por um homem e uma mulher, e assim negando todos os outros

possíveis arranjos familiares, marginalizando minorias sexuais como grupos LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais).

Podemos perceber as lideranças evangélicas se organizando para atuar diretamente nas eleições, não só com indicações de candidaturas, mas participando do jogo de alianças e das campanhas eleitorais. Pertencer a uma das igrejas e/ou ter a adesão de lideranças evangélicas, pode contribuir definitivamente para o êxito de um candidato. (VITAL e LEITE LOPES, 2013)

Sabemos que o Congresso Nacional e toda a produção de projetos de lei encontram-se em um terreno de disputas e tensões de todo um prisma de posições políticas. Como consequência disto, a primeira política pública destinada ao grupo LGBT só veio a acontecer na década de 1990 devido à epidemia do HIV/AIDS no Brasil.

Há uma ascensão da direita conservadora no cenário sócio-político brasileiro hoje, não obstante, movimentos sociais tem se aliado a parlamentares progressistas para lutar na contramão da interferência em pautas que são de competência de um Estado Laico. Refiro-me aqui a direita conservadora, pois não há um consenso de uma única direita, existe uma variada gama de interesses nesta posição política.

Gayle Rubin relata sobre como a oposição de direita à educação sexual, homossexualidade, pornografia, aborto e sexo antes do casamento veio para o palco central das estratégias da direita e fundamentalistas religiosos quando perceberam que estes assuntos tem apelo dos eleitores. (RUBIN, 1984, p.9)

Podemos perceber isso acontecer hoje. Na eleição do ano de 2014, foi eleito um congresso conversador, e tendo como bandeiras questões contra o aborto, homossexualidade, educação sexual e arranjos familiares diversos.

Vimos que alguns deputados tiveram mais destaque que outros e com isso conseguiram aumentar suas bases eleitorais, como por exemplo, Jair Bolsonaro, deputado federal pelo Partido Social Cristão (PSC-RJ) e Jean Wyllys, também deputado federal, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-RJ). Sabemos que tais candidatos compõem partidos com ideologias distintas, entretanto, eles têm algo em comum: discursos sobre a família brasileira e seus padrões de sexualidade.

É a partir desses apontamentos que a pesquisa traz como objetivos específicos: (1) mapear e contextualizar os projetos de lei referentes às pautas LGBT na contemporaneidade, (2) entender como os parlamentares progressistas e a sociedade civil tem se organizado para fazer frente à tais

projetos e (3) problematizar o papel da mídia hegemônica e redes sociais na veiculação destas disputas políticas.

Metodologia

A abordagem metodológica da pesquisa de dissertação é do tipo qualitativa e foi iniciada em março de 2017, tendo a duração de 2 anos. Utiliza como procedimento a análise do discurso enquanto crítica genealógica do presente.

A análise do discurso será usada com o intuito de conhecer como os agentes se apoderam dos conteúdos semânticos e aspectos estruturais do uso da linguagem e como garantem posições a partir dele. Esta abordagem:

Supõe que em toda sociedade, a produção no discurso é ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominarem seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p.9)

De acordo com Assmann e Nunes (2007, p.2)

Foucault, sobretudo a partir da década de 70, vê na política o espaço de constituição e problematização da verdade, na ordem dos saberes e poderes, bem como o campo pelo qual gravitam os grandes dilemas éticos que envolvem a liberdade humana.

A genealogia do presente busca a compreensão da atualidade, investigando o campo de “constituições da verdade”, em que condições elas são produzidas e como são articuladas.

Para o genealogista,

a “verdade” não é um dado natural e não está, de antemão, em oposição binária com o poder. Pelo contrário. É no campo relacional, nas múltiplas e sempre transformáveis lutas travadas nos jogos de força – nem sempre hegemônicos – que a produção da verdade deve ser localizada. Cabe esclarecer que a interpretação genealógica não pretende reduzir a “verdade” à condição de um dado meramente relativo. Em sentido diverso a esta pretensão, o genealogista procura determinar a emergência da verdade, remontando o complexo quebra-cabeça – já que as “forças” estão sempre em relação e esta é sempre transformável – que deu condições para o seu aparecimento. (ASSMANN E NUNES, 2007, p.3)

A revisão bibliográfica é norteada por estudos que abordam a interface entre política, fundamentalismo e direitos.

A análise empírica será heterogênea, feita através de levantamento documental dos projetos propostos, reportagens em jornais e revistas, websites de partidos e agrupações políticas, rede sociais (como Facebook), blogs e entrevistas veiculadas por diferentes meios tanto escritos como audiovisuais e circuladas na internet. A partir desse material buscaremos construir uma

análise sobre as controvérsias, para permitir identificar os atores, os discursos e as lógicas subjacentes e as resistências dessas mesmas controvérsias.

Discussão

Os direitos sexuais e reprodutivos vêm sendo palco de disputas político-partidárias e tendo influências de cunho religioso desde muito tempo, tanto no âmbito internacional quanto nacional. Tais direitos surgiram em conferências da ONU (Organizações das Nações Unidas), que ocorreram em Viena (1993), Cairo (1994) e Beijing (1995).

Petchesky (1999) salienta a aparição tardia destes termos, a ausência de respeito aos direitos da mulher e a resistência por parte do fundamentalismo religioso e da política. Aqui os movimentos sociais já se organizavam, e Petchesky considera uma conquista histórica conseguir introduzir tais assuntos nos fóruns.

Tendo como cenário tais conferências, uma manobra inusitada fundamentalista ocorreu em Beijing,

“a aliança fundamentalista orientada pelo Vaticano conduziu uma campanha, juntamente com os meios de comunicação, para macular o conceito de “direitos reprodutivos e sexuais” da Conferência da Mulher em Beijing com os rótulos do “individualismo”, do “feminismo ocidental” e do lesbianismo. Essa campanha não apenas se opunha aos “direitos reprodutivos” e às “diversas formas de família”, mas também por algum tempo, conseguiu suprimir todas as referências à palavra “gênero”. (Petchesky, 1999, p.22)

Como forma de ataque nesta manobra, foram feitos panfletos para distribuir com a intenção de marginalizar tais direitos e excluir certos termos dos documentos produzidos nas conferências.

“Intitulado *Direitos Sexuais e Orientação Sexual: o que realmente significam essas palavras*, o panfleto associa “essas palavras” não apenas com homossexualidade, o lesbianismo, as relações sexuais fora do casamento e entre adolescentes, mas também com “pedofilia”, “prostituição”, “incesto” e “adultério”.(Petchesky, 1999, p.23)

Anterior a estas conferências já havia discussões acerca de tais embates. Nos Estados Unidos, no ano de 1979, a direita teve uma iniciativa de formular uma Lei de Proteção da Família (FPA). De acordo com Brown (apud RUBIN, p.10) “a Lei de Proteção da Família é um assalto amplo ao feminismo, homossexuais, famílias não tradicionais, e privacidade sexual dos jovens”.

Podemos perceber que uma lei parecida está se instituindo no Brasil, conhecida como Estatuto da Família ou PL 6.583/2013, proposta pelo deputado federal Anderson Ferreira do Partido da República (PR-PE), em 2013. Nesta lei, o conceito de família é formado apenas por um homem e uma mulher, tendo uma definição “natural” de família embasada em preceitos cristãos. Tal projeto é

largamente conhecido e debatido atualmente, dividindo opiniões dos cidadãos e dos veículos de informação, mesmo tendo sido aprovada em outubro do ano de 2015.

O deputado Anderson Ferreira, em seu projeto (PL 6.583/2013), justifica a aprovação do mesmo alegando que” a família é o primeiro grupo humano organizado num sistema social e funciona como base da sociedade”, que deve ter a proteção do Estado, visto que estão tentando desconstruir o conceito de família e ele considera este um “aspecto que aflige as famílias e repercute na dinâmica psicossocial do indivíduo”. A partir desta fala de que a entidade familiar deve ter “proteção” na forma de lei, podemos perceber um deslocamento atual que ocorre das normas de regulação, que anteriormente era regido pela moral e pelo religioso, agora são regidos pela ciência e pelo Estado.

Sendo embasados pela lógica cristã, é possível perceber que as normas de regulação da esfera do religioso ainda estão muito engendradas em nossa sociedade e agora estão se infiltrando em políticas do Estado, aparecendo em forma de políticas públicas e projetos de lei que excluem uma grande parcela da população, visto que nem todos os brasileiros tem como base uma religião cristã.

A família e a sexualidade fazem parte deste terreno de disputas. Mas que sexualidade é essa? O que abarca este termo? Que projetos se referem a ela?

No ano de 2011, surgiu no Congresso Nacional o PL 234 apelidado de “Cura Gay”, proposto pelo deputado federal João Campos (PRB-GO). Tal projeto teria como objetivo proporcionar terapias com a finalidade de “curar” homossexuais. Algumas psicólogas como Marisa Lobo e Rozângela Justino se propuseram a realizar este tipo de “psicoterapia” e se pronunciaram em vários tipos de mídias sociais a favor de tal projeto, apoiadas na religião. Esse projeto retorna, agora, na forma do PL 4931/2016 e é proposto pelo deputado federal Ezequiel Teixeira (PODE-RJ), dispondo sobre o direito à modificação da orientação sexual. Entretanto, o código de ética da categoria veda tal posicionamento e ação.

Também no ano de 2011, quando o programa Brasil sem Homofobia havia terminado de criar o material a ser impresso e distribuído nas escolas, o setor conservador do Congresso fez campanha para mobilizar a sociedade a ir contra o projeto. O material tinha o intuito de conscientizar os alunos sobre o preconceito e discriminação vividos pela população LGBT e teria como nome, Escola sem Homofobia. O programa acabou sendo apelidado de “kit gay” e foi acusado de “estimular o homossexualismo e a promiscuidade”. (REVISTA NOVA ESCOLA, 2015)

Outro projeto que é polêmico é o PL 122 da Criminalização da Homofobia, proposto pela ex - deputada Iara Bernardi, do Partido dos Trabalhadores (PT-SP). O plano foi criado em 2006 e altera

a Lei 7.716/1989, que tipifica “os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. O projeto inclui entre esses crimes a discriminação por gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero. A proposta tem encontrado resistências de setores conservadores e fundamentalistas, pois afirmam que tal plano viola o direito à liberdade de expressão. (SENADO, 2015)

Pensar sobre a aprovação desta proposta faz-se extremamente necessário visto que, segundo o Grupo Gay da Bahia, em 2016, trezentos e quarenta e três (343) LGBTs foram assassinados no Brasil. Estes dados fazem parte de um relatório produzido pelo grupo que age na defesa dos direitos humanos.

É possível perceber como há projetos vindos do legislativo brasileiro com a intenção de regular a sexualidade, mais especificamente, a orientação sexual. Tudo o que foge à heteronormatividade e a concepção de família “natural” é visto como ilegítimo e destituído de direitos.

O discurso apresentado para combater a diversidade sexual é sempre usado no sentido negativo, construindo um estereótipo do LGBT que o associa a pedófilos, agressivos, amorais, possuído por demônios, propagador de doenças, etc. Com isso, constrói-se uma verdade através do discurso de que este sujeito é temível e não deve receber proteção jurídica. (NATIVIDADE, OLIVEIRA, 2009 p. 154).

Os projetos citados acima fazem parte de uma teia de disputas de territórios e de poder através de nichos de votos que já ocorriam no país antes das eleições de 2014 e que são de extrema importância para continuarmos nossa caminhada pelo legislativo e entender como após as eleições, o congresso passou a ser extremamente conservador referente às minorias sexuais e direitos das mulheres. Para seguirmos em frente, é necessário antes atentarmos para um detalhe que faz toda a diferença: o discurso.

Como este projeto de pesquisa tem como abordagem teórico- metodológica a análise do discurso, é sobre o discurso que falaremos a seguir.

De acordo com Phillips e Jorgensen (2002) os indivíduos tem acesso à realidade pelo meio da linguagem, já que ela nos possibilita inventar representações que nos auxiliam na construção da nossa realidade. Com isso, a linguagem não reflete, de forma neutra nosso mundo, as identidades e as relações sociais; muito pelo contrário, ela tem um papel ativo na criação e mudança.

A linguagem não é neutra, ela é terreno de disputas. O discurso é potência, tem força que produz, é fonte de desejo. É através dele que ideologias podem se materializar, sendo utilizado para

tentativas de persuasão. O discurso pode deixar coisas explícitas, implícitas e também pode silenciar.

O discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que se manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo; é visto que isto a história não cessa de nos ensinar- o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mais aquilo, por que, pelo que se luta, poder do qual podemos nos apoderar, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo. (FOUCAULT, 1996, p.11)

As palavras são usadas para controlar, dominar e construir a história. Através dele pode-se legitimar “verdades”, construir “mentiras” e produzir violência.

É sobre esta questão da produção da violência através do discurso que nos ateremos agora. Luis Antônio Soares Baptista, em seu texto intitulado de A atriz, o padre e a psicanalista – os amoladores de faca (1999) cria um conceito que funciona perfeitamente para abordar o que discursos que marginalizam as diversidades e dissidências produzem. O “amolador de faca” surge para denunciar a violência que está arraigada em discursos científicos, fundamentalistas e midiáticos.

O fio da faca que esquarteja, ou o tiro certo nos olhos, possui aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para esses sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva. (BAPTISTA, 1999, p. 46)

Em que contextos e de que modos esta violência aparece? Tais discursos mobilizam estereótipos negativos acerca da diversidade e de gênero, visando construir uma imagem do homossexual como sujeito perigoso, cuja legitimidade e afirmação de cidadania devem ser confrontadas, de modo a proteger a sociedade brasileira da “anomia” e da “desorganização social”. (NATIVIDADE, OLIVEIRA, 2013 p.23) Tudo isto em nome do “bem”- na forma de uma moral conservadora – que deve prevalecer.

“Novas guerras” são travadas em torno de algumas diferenças sexuais. De acordo com Natividade e Oliveira (2013, p.25):

Os desejos dissidentes da norma heterossexual são objeto de disputa de significados. Tais diferenças são retratadas como indesejáveis por segmentos religiosos hegemônicos, incidindo sobre eles mecanismos sociológicos que pretendem fixar seu lugar de inferioridade. Com efeito, a militância contra a cidadania e os direitos civis LGBT por tais grupos não diz respeito apenas à ausência de reconhecimento, mas a mecanismos de exercício de poder, sustentados por expectativas sociais heterossexistas e por certas convenções sociais.

Essa militância opera no sentido de marcar hierarquias sociais e inferiorizar determinados sujeitos (neste caso, os homossexuais) e aparece de forma reativa por conta de grande visibilidade de grupos LGBT na sociedade brasileira.

Segundo Natividade e Oliveira (2013, p. 75),

o heterossexismo é uma crença na existência de uma hierarquia entre as diferentes formas de sexualidade, legitimada como fato da natureza. O repúdio à diversidade sexual é, ao mesmo tempo, um efeito de estratégia de preservação destas hierarquias naturalizadas.

A partir desse trabalho de reforço da heterossexualidade compulsória, psicólogos, parlamentares, e médicos representantes de setores religiosos conservadores exercem condutas discriminatórias e preconceituosas em falas, gestos e modos de viver, favorecendo assim a prática da homofobia e com isso depreciando um grupo de pessoas.

Os agentes que amparam discursos pregam ou argumentam acerca do “pecado do homossexualismo” constroem relativa legitimidade, aduzindo a sua representação como porta-vozes de valores universais, bastiões da moralidade, compreendendo a diversidade sexual como uma ameaça. (NATIVIDADE e OLIVEIRA, 2013, p.81)

Para o antropólogo e ativista homossexual Luiz Mott, esses conservadores religiosos, atuando como parlamentares, “pensam e agem em relação aos homossexuais, como se ainda vivêssemos sob o chicote e a fogueira da Santa Inquisição” (MOTT, 1999, p. 38). Eles lutam para destituir os homossexuais de seus direitos enquanto cidadãos e controlá-los, empurrando-os contra a parede e os devolvendo para o armário. Pois para estas pessoas o que importa é o controle e homossexual no armário não luta por direitos.

Assim, segundo Baptista (1999, p. 49), "a presença camuflada do ato genocida. São genocidas, porque retiram da vida o sentido de experimentação e de criação coletiva. Retiram do ato de viver o caráter pleno de luta política e o da afirmação de modos singulares de existir".

Em conexão com a importância dos discursos, é necessário abordar o relevante papel da mídia nas eleições de 2014. Grupos religiosos hegemônicos, como, por exemplo, a Igreja Universal do Reino de Deus, fazem uso de tecnologias de comunicação para manipular e convencer a população. Pastores e Igrejas neopentecostais têm programas e emissoras de TV, jornais que circulam nas igrejas; alguns sendo donos de editoras como Silas Malafaia, cujas publicações são destinadas a disseminar sua pregação.

Tanto a imprensa e meios audiovisuais massivos, quanto atualmente as mídias sociais têm desempenhado um papel central nas campanhas eleitorais e elegendo candidatos, que se usam de tais meios para entrar na casa dos brasileiros e propagar seu discurso. Vemos um crescente uso de

tecnologias de mídias sócias, como o Facebook. E estas tem sido grande palco de argumentos políticos e propagandas e que tiveram grande influência de votos nas eleições de 2014. Com a facilidade da Internet é possível acompanhar seus candidatos e suas plataformas eleitorais e participar de discussões que colocam em cheque a ideologia de cada eleitor, fazendo com que cada um expresse a sua verdade.

Vemos assim a ascensão da direita conservadora no cenário sócio-político brasileiro.

De acordo com Bobbio:

Esquerda e direita indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda a sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer. Pode-se naturalmente replicar que os contrastes existem, mas não são mais do tempo em que nasceu a distinção" (1995, p.33)

Segundo o autor (BOBBIO, 1995) de uma forma geral, a direita está preocupada com a liberdade individual, enquanto a esquerda se preocupa em promover a justiça social. A partir desta dicotomia é possível afirmar que existe uma variada gama de interesses nestas posições políticas. O autor relata ainda que termos como esquerda e direita tem sido abandonados e que “a velha dupla poderia ser substituída por outra: progressistas – conservadores.” (BOBBIO,1995, p.34)

Segundo a Radiografia do Novo Congresso produzida pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), o congresso eleito em 2014 “é pulverizado partidariamente, liberal economicamente, conservador socialmente, atrasado do ponto de vista dos direitos humanos e temerário em questões ambientais.” (DIAP, 2014, p.13) Após a última eleição vimos surgir um congresso conservador no que se refere à garantia de direitos. Os parlamentares eleitos concentraram seu ataque contra bandeiras como o aborto, homossexualidade, educação sexual e novos arranjos familiares. Trata-se de um movimento reativo à visibilidade e reconhecimento conquistado por grupos LGBT, através de alianças com governos e parlamentares mais progressistas. Neste projeto viso olhar para esses processos, particularmente no âmbito do legislativo brasileiro (Câmara dos Deputados e Senado).

A Radiografia do Novo Congresso apresenta dados minuciosos e bem detalhados desta eleição. Postula que,

o conservadorismo, do ponto de vista social, se expressa em três dimensões. Na redução da bancada sindical, no aumento da bancada empresarial e na resistência aos programas sociais, como as políticas afirmativas de cotas e o programa Bolsa Família. (DIAP, 2014, p.15)

Este relatório ainda traz alguns dos motivos deste atraso em relação aos direitos humanos neste período que teremos (2015-2019) de trabalho no Congresso Nacional. Aterei ao segundo exemplo.

No segundo foi a eleição de mais de uma centena de parlamentares integrantes de bancadas conservadoras, especialmente a evangélica e a de segurança, policial ou da bala, que foram eleitos, prioritariamente, para combater a união homoafetiva, impedir qualquer tentativa de descriminalização do aborto e da maconha, revogar o Estatuto do Desarmamento, reduzir a maioria penal, acabar com as penas alternativas em substituição à cadeia, e reduzir o direito de ampla defesa na esfera criminal, entre outras pautas retrógradas. (DIAP, 2014, p.15)

Parlamentares já citados aqui, como Jair Bolsonaro (PP-RJ), conseguiram aumentar e muito suas bases eleitorais, fazendo uso de discursos referentes à sexualidade e família. Nesta última votação, ele mobilizou 464.572 votos, sendo considerado o deputado federal com maior número de votos do estado do Rio de Janeiro.

Conclusão

Ao iniciar o texto, elucidamos o caráter inicial da pesquisa, e, conseqüentemente, a insuficiência de conclusões específicas acerca do objeto. A partir disso, o esforço aqui empreendido foi o de divulgar a existência do estudo e demonstrar nossa implicação com o tema, que é permeado por concepções de várias áreas acadêmicas e com isso bastante complexo.

O estudo faz-se necessário para tornar público os mecanismos pelos quais os parlamentares se apoderam para agir e influenciar a política e as vidas dos brasileiros, em especial, das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e como essa postura apresenta conseqüências diretas e corporais, como, por exemplo, o assassinato de 343 deles em 2016, segundo o Grupo Gay da Bahia.

Referências

ASSMANN, Selvino José; NUNES, Nei Antônio. **Michel Foucault e a genealogia como crítica do presente**. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 1-21, abr. 2008.

BAPTISTA, Luis Antonio Soares. **A Atriz, o Padre e a Psicanalista - os Amoladores de Facas**. In: _____. A Cidade dos Sábios. São Paulo: Summus, 1999. p. 45 - 49.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda – Razões e Significados de uma Distinção Política/** Norberto Bobbio; tradução Marco Aurélio Nogueira. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR.. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019.** -- Brasília, DF : DIAP, 2014. 164 p (Estudos Políticos do DIAP)

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** . São Paulo: Loyola, 1996.

MOTT, Luiz. **A igreja e a questão homossexual no Brasil.** *Mandrágora*, São Bernardo do Campo, n. 5, p. 37-41, 1999.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro. **As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil** - 1. ed. - Rio de Janeiro : Garamond, 2013.

_____. **Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores.** *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 2, pp.121-161, 2009. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/viewArticle/32>

PETCHESKY, Rosalind Pollack. Direitos sexuais: um novo conceito na prática política internacional. In: BARBOSA, Regina Maria e PARKER, Richard (Orgs.) **Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REVISTA NOVA ESCOLA. **Exclusivo: conheça o "kit gay" vetado pelo governo federal em 2011.** *Revista Nova Escola*, 2015.

Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/conheca-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-2011-834620.shtml> .

RUBIN, Gayle. **Pensando o Sexo: Notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade.** (Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes. Revisão de Miriam Pillar Grossi)

SENADO FEDERAL. **Projeto que criminaliza homofobia será arquivado.** Brasília, 2015. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/01/07/projeto-que-criminaliza-homofobia-sera-arquivado>

VITAL, Christina; LEITE LOPES, Paulo Victor. **Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll & Instituto de estudos da Religião (ISER), 2013.